

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/4993</b>	<b>7501/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DACOA - DEPARTAMENTO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

#### Considerando que:

1. O Município, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, dispõe de competências no domínio da colaboração e apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
2. Em 25 de julho de 2014 a ARTE (anteriormente AMA) e o Município de Braga celebraram um protocolo para a instalação e funcionamento do Espaço do Cidadão de Real, numa lógica de partilha de recursos e com o objetivo de promover a prestação de serviços de atendimento ao público, criando sinergias entre a administração central e local, em prol do interesse público e dos munícipes do concelho;
3. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio prever no seu artigo 22.º que é da competência dos órgãos municipais instalar e gerir os Espaços Cidadão, em articulação com a rede de lojas de cidadão, passando, igualmente, a prever, no seu artigo 38.º, que também os órgãos das freguesias passam a dispor das mesmas competências, em articulação com a rede nacional de lojas de cidadão e com os municípios;
4. O Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais, relativamente à instalação e a gestão de Espaços Cidadão, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e para os órgãos das freguesias, no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
5. Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, a instalação e gestão de um Espaço Cidadão em municípios e freguesias são realizadas em articulação entre as autarquias envolvidas e com a ARTE, enquanto entidade gestora da rede, mediante a celebração de acordo escrito, devendo tal acordo contribuir para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados no município;



6. A Junta de Freguesia manifestou a intenção de assumir a gestão do Espaço Cidadão de Real, com a inclusão do atendimento municipal neste espaço;

7. O Município de Braga não se opõe à cedência da posição contratual decorrente do protocolo celebrado com a ARTE, passando o mesmo a vigorar entre esta entidade e a Junta de Freguesia, prevendo-se a transferência do atendimento municipal também para o Espaço Cidadão de Real, através de contrato administrativo de delegação de competências no âmbito do "Atendimento municipal nos Espaços Cidadão";

## **PROPOSTA**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, bem como a minuta do acordo de cedência de posição contratual do protocolo de instalação e funcionamento do Espaço Cidadão de Real.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

